

Ata
Conselho para as Migrações
Reunião de 15 de dezembro de 2021

No dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas dez horas e dez minutos, reuniu o Conselho para as Migrações (CM) por videoconferência.

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, adiante designada por Alta-comissária.

Na reunião, estiveram presentes os/as Conselheiros/as representantes das Comunidades: Brasileira, Cabo-verdiana, Moçambicana, Santomense, Ucraniana, Indiana, Moldava e Associações não filiadas nas comunidades previstas nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 2 do art. 8.º do DL n.º 31/2014, de 27 de fevereiro. Das entidades, marcaram presença: Fundação Aga Khan, Fundação Calouste Gulbenkian, Direção-Geral das Artes, Direção-Geral de Política Externa, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Direção-Geral das Atividades Económicas, Direção-Geral da Saúde, Direção-Geral da Educação, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Autoridade para as Condições do Trabalho, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical, União Geral de Trabalhadores, Conselho das Comunidades Portuguesas e o Cidadão de Reconhecido Mérito Amadou Diallo.

Nos termos da alínea *a)* do n.º 4 do art.º 8 do DL n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, a reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

1. Aprovação da ata da reunião do CM de 13.09.2021;
2. Reconhecimento de Associações de Imigrantes;
3. Ponto de situação sobre o PNIPGM e relatório de implementação;
4. Processo de envolvimento da sociedade civil no Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM);
5. Informação sobre os Protocolos PSP e GNR;
6. *Feedback* sobre reuniões havidas entre Conselheiros/as e as comunidades que representam;
7. Outros assuntos.

Antes de iniciar os trabalhos da reunião, a Alta-comissária fez referência a algumas questões:

- Agradeceu os contributos enviados para proposta de alteração à regulamentação da Lei da Nacionalidade e informou que os mesmos seriam enviados ao Gabinete do Secretário de Estado da Justiça;
- Propôs aos Conselheiros colocar-se à votação a inserção de um novo ponto na OT, dedicado ao PAAI 2022, dado não constar nenhum ponto sobre o tema na OT da reunião;
- Agradeceu à DGArtes pela disponibilização de espaço, na Biblioteca Nacional, para a realização de uma reunião presencial do Conselho para as Migrações, muito embora a mesma não se tenha realizado devido ao agravamento da situação de pandemia;

Realizada a votação, foi aprovada a inclusão do novo ponto na OT pelo plenário.

No ponto 1, relativo à aprovação da ata da reunião do CM de 13.09.2021, foi submetida a votação e foi aprovada pelo plenário por unanimidade.

No ponto 2, sobre o Reconhecimento de Associações de Imigrantes, a Alta-comissária referiu que foi previamente enviada ao CM informação sobre a análise realizada pelo Núcleo de Ligação às Associações (NLA) ao pedido de reconhecimento apresentado pela Associação “Chance +”. Informou igualmente que o NLA iria partilhar a análise feita ao nível do cumprimento dos requisitos, historial e conclusões finais e posteriormente a Presidente da Associação “Chance +”, Krystyna Dmytrieva, iria apresentar o trabalho que tem sido realizado naquela Associação.

A Coordenadora do Núcleo de Ligação às Associações, Sónia Almada, fez a apresentação da Associação, do seu historial, os principais objetivos e atividades, bem como apresentou as suas parcerias (Câmara Municipal de Oeiras, Centro Cultural Moldavo, entre outros).

A Associação apresentou toda a documentação exigível por lei, reunindo todos os requisitos legais, contando com 210 associados. O NLA considerou que a associação “A Chance+ Associação” reunia todos os requisitos materiais e formais para uma tomada de decisão favorável quanto ao seu pedido de reconhecimento.

De seguida, foi passada a palavra à Presidente da Associação “Chance +”, Krystyna Dmytrieva, para apresentação do trabalho realizado pela Associação. A Presidente da Associação começou por agradecer o convite tendo referido o seguinte:

- Ocupa o lugar de Presidente da Associação desde 2011;
- A Associação começou a trabalhar em 2011 e no Centro de Desenvolvimento “Matreshka” na Escola Sebastião e Silva, desde 2012;
- Trabalha com imigrantes desde 2004 (presta informação, traduções, entre outros apoios);
- Associação tem desenvolvido atividades com outras Associações de imigrantes e tem contacto com mais de 50 Associações;
- Muitas crianças, de várias nacionalidades, frequentam o Centro Cultural da Associação, participam nos eventos e aprendem sobre a cultura e língua russa;
- A Associação trabalha também como agente cultural da Câmara Municipal de Oeiras.

Tendo a Presidente da Associação “Chance+” saído da reunião, a Alta-comissária deu a palavra ao plenário para que emitisse pronúncia.

A representante da Comunidade Ucraniana, Conselheira Nataliya Khmil, referiu conhecer a Associação “Chance +” e as atividades desenvolvidas, sendo favorável ao reconhecimento.

O Conselheiro Celso Soares referiu conhecer a Presidente Krystyna Dmytrieva, dado ter participado em certas atividades da Associação, e referiu estar de acordo com o reconhecimento.

O Conselheiro Lívio Morais referiu que a Associação tem grande vontade de concretização, é dinâmica, desenvolve a cultura ortodoxa, política e social, mas também religiosa. Considerou ser uma mais-valia no movimento associativo.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o reconhecimento da associação “Chance +” foi aprovado por unanimidade.

No ponto 3, relativo ao Ponto de situação sobre o PNIPGM e relatório de implementação – a Alta-comissária facultou as seguintes informações:

- 57% das medidas com calendarização estão concluídas (24 medidas, de um total de 42) 3; 4; 5; 10, 13; 20; 22; 24; 26; 27; 32; 43; 44; 50; 51; 52; 53; 65; 69; 74; 84; 86; 88; 89;
- As restantes medidas estão em implementação;
- Está em curso o processo de recolha de informação junto das entidades envolvidas no PNIPGM para a elaboração do relatório de implementação;
- Vão manter-se em execução as medidas de implementação contínua.

No ponto 4, relativamente ao processo de envolvimento da sociedade civil no PNIPGM, a Alta-comissária deu as seguintes informações referiu o seguinte:

- O ACM, I.P., solicitou à OIM apoio para o processo de envolvimento da sociedade civil na implementação do PNIPGM;
- Foi desenhado um questionário para apurar os objetivos do Pacto Global das Migrações (PGM) para o qual as entidades da sociedade civil contribuem, aflorar o nível de envolvimento e conhecimento dos objetivos do PGM e recolher contributos que possam auxiliar os decisores políticos numa eventual revisão do PNIPGM. Mais concretamente:
 - Sugestões/recomendações para a melhoria da execução dos objetivos previstos no PNIPGM;
 - *Feedback* relativamente aos processos de implementação em curso;
 - Propostas de melhoria para serem tidas em conta aquando da preparação de um processo de revisão do PNIPGM;
 - Sinalização de constrangimentos persistentes e dificuldades ainda sentidas pelas comunidades no âmbito dos domínios de atuação do PNIPGM.
- Na reunião de 13 de setembro do CM foram partilhados os principais resultados do relatório preliminar;
- Tendo recebido a proposta de relatório final, sem prejuízo do posterior envio do Relatório Final para o início do ano, foi facultada mais alguma informação, quanto aos seguintes aspetos:
 - a) Quanto à caracterização e envolvimento mantêm-se os termos anteriormente reportados, ganhando relevância também o objetivo 3;

b) Quanto aos contributos – inicialmente apenas foi dada a informação prestada pelas entidades e, agora, acrescenta-se a análise das atividades reportadas pelas entidades como sendo concretizadoras dos objetivos, verificando-se que são coincidentes, passando a salientar-se também o objetivo 3 “Providenciar informação rigorosa e atualizada em todas as etapas de migração,” que acresce aos abaixo mencionados:

- o Objetivo 4 “Assegurar que todos os migrantes dispõem de prova de identidade legal e documentação adequada”;
- o Objetivo 7 “Enfrentar e reduzir vulnerabilidades na migração”;
- o Objetivo 15 “Providenciar o acesso a serviços básicos aos migrantes”;
- o Objetivo 16 “Capacitar os migrantes e as sociedades para alcançar uma inclusão e coesão social plenas”;
- o Objetivo 17 “Eliminar todas as formas de discriminação e promover um discurso público baseado em factos concretos na construção de perceções acerca da migração.”

c) Quanto às conclusões, centradas nas perceções da OIM, no âmbito da análise de dados e das suas limitações, foram tecidas as seguintes:

- O número de respostas obtidas equivale a cerca de ¼ das entidades convidadas a responder ao estudo, no entanto verifica-se que a maior parte das respostas é proveniente da região de Lisboa e Vale do Tejo, o que limita a representatividade de outros territórios;
- Verifica-se pelas respostas da amostra que o conhecimento e envolvimento com o PGM por parte da sociedade civil é parco, o que por sua vez limita a capacidade da sociedade civil contribuir para os objetivos do Pacto e para reportar com exatidão para que objetivos contribui;
- As respostas da amostra relativas aos contributos específicos para os objetivos do PGM são, na maioria das vezes, vagas e pouco precisas. Em alguns casos, mediante a utilização de instrumentos mais aprofundados, como entrevistas ou *focus groups*, seria possível enquadrar determinadas respostas de forma mais adequada, permitindo uma melhor identificação dos objetivos para os quais determinada entidade contribui.

d) Quanto às recomendações:

Face aos resultados obtidos e pautada pelos princípios do PGM, nomeadamente o envolvimento de toda a sociedade na implementação do Pacto, a OIM recomenda o seguinte:

- Utilizar os resultados deste exercício para a elaboração de um plano de envolvimento da sociedade civil com maior robustez, que permita uma maior abrangência territorial e de mais entidades, uma maior disseminação e consciencialização sobre o que se pretende alcançar com o PGM;
- Envolver ativamente organizações de base local e migrantes nas diversas fases de conceção, monitorização e avaliação do PNIPGM, nomeadamente através da criação de estruturas de governança, com papéis bem definidos, que possam dar contributos em todas as fases do planeamento, assegurando recursos financeiros e humanos para esse fim e garantindo que esse envolvimento não é afetado por barreiras linguísticas;
- Envolver o poder local e a sociedade civil não só na conceção do PNIPGM, mas também como atores chave na implementação de medidas específicas;
- Promover um estudo de avaliação final, externa, cuja metodologia ultrapasse as limitações verificadas na presente avaliação, como a realização de entrevistas a amostra de entidades de forma a debelar a dependência da subjetividade do “*self-report*” e tornar a avaliação dos contributos das entidades para a prossecução do Plano mais objetiva.

No ponto 5, relativo a informação sobre os Protocolos PSP e GNR, foi feita referência aos seguintes aspetos:

Objetivos dos Protocolos:

- Promover um melhor conhecimento da situação dos migrantes e seus descendentes, requerentes de proteção internacional, refugiados, bem como das comunidades ciganas, relativamente aos principais problemas que os afetam, designadamente em matéria de segurança;
- Garantir a partilha de informação e boas práticas, proporcionando intervenções oportunas e multidisciplinares adequadas às necessidades e problemas das comunidades;
- Aproximar as pessoas público-alvo do protocolo das questões de segurança humana, envolvendo-as na resolução dos problemas locais de segurança;
- Sensibilizar a comunidade em geral para a situação das pessoas público-alvo do protocolo, procurando alterar atitudes e comportamentos sociais fundamentados em preconceitos e garantir o respeito pelos direitos de igualdade e não-discriminação;

- Sensibilizar e formar as entidades parceiras locais em matéria de proteção e direitos das pessoas público-alvo, suas necessidades e importância de uma cultura de prevenção de situações de negligência, abuso, violência e maus-tratos.

Algumas obrigações (entidades):

- Sensibilizar os militares da GNR e promover a formação técnico-policial dos polícias de segurança pública para o fenómeno da migração e para a necessidade de uma especial proteção destas populações, visando a garantia plena dos seus direitos;
- Sensibilizar os militares e agentes para a interculturalidade, história e cultura cigana e no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, promover a formação técnico-policial dos GNR e polícias para melhor os habilitar a interagir com as comunidades ciganas, focada sobretudo na interculturalidade, história e cultura ciganas;
- Proporcionar aos militares e agentes para a aquisição de ferramentas específicas de comunicação e informação que lhes facilite o acesso uma atuação enquadrada, qualificada, próxima, humana e inclusiva;
- Combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica, ascendência, território de origem ou religião;
- Identificar e formar Interlocutores Locais de Segurança;
- Sensibilizar a comunidade em geral, e a comunidade educativa em particular, para os direitos das pessoas público-alvo e para o dever de não discriminação, procurando alterar comportamentos sociais fundamentados em preconceitos e garantir o pleno usufruto dos seus direitos;
- Promover e estabelecer parcerias com os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes no processo do acolhimento e integração, articulando a ação com as diversas estruturas locais e promovendo a interculturalidade a nível local;
- Promover a cooperação entre as Forças de Segurança e entidades locais com responsabilidades na integração das pessoas público-alvo na promoção da sua segurança, através de respostas integradas e adequadas às necessidades;
- Contribuir para uma melhoria no atendimento, acolhimento e encaminhamento de migrantes e seus descendentes, requerentes de proteção internacional, refugiados e comunidades ciganas;
- Promover a divulgação de iniciativas e programas junto de parceiros.

Algumas obrigações (ACM):

- Desenvolver e ministrar ações de formação nas matérias da interculturalidade, migrações, discriminação e história e cultura cigana dirigidas aos militares da GNR e agentes da PSP;
- Identificar com a GNR e PSP Interlocutores Locais de Segurança para interação;
- Identificar com a GNR e PSP pontos de contacto da sua estrutura, designadamente Centros Nacionais e Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM e CLAIM), projetos do Programa Escolhas, Associações de Imigrantes, de refugiados e de comunidades ciganas, para articulação direta;
- Produzir, em articulação com a GNR e com a PSP, conteúdos informativos para serem disponibilizados a pessoas público-alvo;
- Divulgar, em articulação com a GNR e a PSP, informação útil através dos seus dispositivos;
- Desenvolver, em conjunto com GNR e PSP, ações de prevenção primária junto dos destinatários da presente parceria.

De seguida, a Alta-comissária passou a palavra aos Conselheiros representantes das Forças Policiais.

Interveio o representante de Guarda Nacional Republicana, Conselheiro Tiago Lopes:

- No que respeita às atividades e colaboração tida com o ACM, já existe um histórico anterior de trabalho conjunto, como iniciativas e ações de sensibilização;
- Foram realizadas várias ações em parceria com o ACM e com Associações de Imigrantes;
- Identificados os Interlocutores Locais de Segurança e os Pontos de Contacto;
- Pretende-se desenvolver um trabalho no próximo ano para identificar zonas/municípios/bairros que têm necessidades de melhoria.

A Alta-comissária agradeceu ao Conselheiro Tiago Lopes pela intervenção, tendo passado a palavra ao representante da Polícia de Segurança Pública, o Conselheiro Hugo Guinote, que referiu, entre outros, os seguintes aspetos:

- A PSP está muito satisfeita com este Protocolo assinado com o ACM, que tem como objetivo a promoção da igualdade e diversidade;

- É importante manter esta relação dinâmica e construtiva com todas as Associações que integram o CM e com as que são parceiras do ACM;
- Desde 2016, a PSP está a desenvolver com o ACM o Programa “Juntos Por Todos” com as ações que trazem mais-valia aos agentes da PSP e às comunidades e se fazem sentir nos vários projetos locais;
- É importante que o Conselho funcione sempre como um palco de diálogo construtivo e positivo;
- Receberam a visita de um grupo de peritos das Nações Unidas que identificaram os projetos do Bairro de Caxias, no Conselho de Oeiras, tendo sido um bom exemplo de relação entre diferentes comunidades, PSP e outras entidades;
- Nos últimos 2 anos foram incluídas no calendário de PSP as operações da Escola Segura em que, durante 2 semanas, os agentes de PSP promovem a cultura de diversidade e o diálogo intercultural;
- Este Protocolo é mais uma oportunidade para as Forças de Segurança ficarem mais próximas das Associações.

A Alta-comissária agradeceu as intervenções, referindo ser muito importante esta colaboração com a PSP, bem como com a GNR, e deu a palavra ao plenário.

Interveio o representante da Comunidade Moçambicana, o Conselheiro Lívio de Morais:

- Agradeceu aos Conselheiros da PSP e da GNR;
- Pôs em evidência dois pontos, que segundo entende, precisam de melhoria:
 - No período entre 29.11.2021 e 06.12.2021 esteve em Portugal um grupo de peritos das Nações Unidas a fazer um estudo de investigação da relação policial com as pessoas de ascendência africana e, tendo estado na Amadora, verificaram algumas situações delicadas comparativamente com o que se verifica a nível Europeu.
 - Referiu que pessoas que viajam de Moçambique para Portugal com um certificado de vacinação válido, chegando ao aeroporto de Lisboa têm sido testadas novamente, ação que discrimina as pessoas pois têm a documentação válida;
- Os Protocolos são bem-vindos e as formações feitas pelas Polícias são muito importantes;
- Houve um progresso muito grande com a Polícia desde que chegou a Portugal, mas há ainda um longo caminho a ser feito.

A Alta-comissária tomou a palavra para enquadramento a todos os Conselheiros, tendo referido o seguinte:

- A visita de avaliação que o grupo de peritos da ONU realizou a Portugal foi em novembro de 2021 e envolveu uma visita ao ACM e à CICDR. Do lado do ACM e das Forças Policiais existe um grande compromisso com esta ferramenta, elaborada em conjunto, para melhorar a intervenção nesta área.

O representante da Polícia de Segurança Pública, Conselheiro Hugo Guinote, tomou a palavra referindo:

- Ser importante reconhecer que nem sempre tudo corre bem;
- As recomendações produzidas pelo relatório preliminar dos peritos, após análise, são passíveis de contestação, se necessário;
- Ser importante debater estes assuntos em fóruns como o Conselho para as Migrações, com diálogo e recolhendo sugestões dos Conselheiros, e aplicá-los localmente, fazendo-se progressos;
- Portugal procura responder aos desafios que anos atrás não existiam.

Pediu a palavra a representante da Comunidade Cabo-verdiana, a Conselheira Gracinda Luz, tendo referido que o esforço que se tem feito no âmbito do Protocolo com as Forças de Segurança tem sido grande, mas é preciso melhor articulação com as Instituições e Associações, sendo importante que estas ações/formações não fiquem centralizadas ao nível nacional e cheguem também às cidades pequenas, aldeias e vilas, por ser necessário e possível trabalhar a mudança.

A Alta-comissária agradeceu e referiu que neste momento o ACM está em fase de planeamento das atividades para o próximo ano e, sendo aquela uma sugestão muito pertinente, pode fazer-se a sua inclusão nas reuniões promovidas entre os representantes das comunidades no CM e as Associações.

A representante da Comunidade Brasileira, Conselheira Cyntia de Paula, pediu a palavra para questionar se foi pensada a forma como as Associações de Imigrantes seriam envolvidas na parceria.

A Alta-comissária referiu não ter sido pensado especificamente para este Protocolo, mas em geral. No entanto, o ACM está interessado em concretizar esse envolvimento nas atividades do próximo ano, analisando diretamente, no âmbito do CM ou em reuniões com as Associações.

A Conselheira Cyntia de Paula questionou ainda se foi pensado como é que irão fazer a intervenção com outras áreas, como as questões da CIG, da igualdade de género. Como irão cruzar estas questões na intervenção.

Interveio o Conselheiro Hugo Guinote, referindo o seguinte:

- Todas as iniciativas ainda estão em fase de preparação, o protocolo permite acolher e perceber se existem condições para conseguirem trabalhar mais ao nível local nos próximos anos;
- O envolvimento das Associações é uma mais-valia a nível local para se conseguir dar resposta aos desafios que as diferentes comunidades enfrentam, sem prejuízo de se reforçar o trabalho com os representantes das comunidades;
- A questão de género é uma questão que preocupa a PSP, mais propriamente no que diz respeito à comunidade brasileira;
- Conseguindo identificar-se as pessoas da comunidade brasileira com quem se possa trabalhar, sobretudo com o apoio das Associações como forma de se chegar à comunidade brasileira, é desafiante mas será o caminho.

Passada a reunião para o ponto 6 da OT, sobre o *feedback* acerca de reuniões havidas entre Conselheiros/as e as comunidades que representam, foi referido o seguinte:

- Entre julho e outubro de 2021 foram realizadas 11 reuniões com os representantes de 93 Associações abrangendo todas as comunidades representadas no CM, à exceção da comunidade chinesa, que ainda vai agendar a reunião, por indisponibilidade de agenda do Conselheiro;
- Na reunião de setembro foram partilhadas algumas informações sobre estas reuniões e identificadas várias preocupações incluindo as questões de financiamento das Associações, a proximidade do Conselho Diretivo (CD) e do ACM às Associações, a capacitação das Associações, a alteração à Lei do Associativismo Imigrante, o Estatuto de Observador de algumas comunidades e a situação dos estudantes internacionais;
- Foi realizado um esforço para melhorar o PAAI, designadamente nos prazos e no cofinanciamento;
- Melhoramento do acompanhamento realizado pelo ACM no âmbito do FAMI;
- Realizadas várias reuniões bilaterais de acompanhamento;

- Realizadas várias acções/sessões de informação/esclarecimento: Acções de informação e de esclarecimento no âmbito de FAMI; Ação de promoção do Associativismo Imigrante e dos seus descendentes; Ação de formação em parceria com a DGS - Programa Nacional para a Tuberculose sobre conceitos básicos da Tuberculose; Ação de formação em parceria com a ANAM, ministrada às Associações de Imigrantes, sobre literacia financeira; Ação de formação sobre Recenseamento Eleitoral em parceria com a CNE; Ação de promoção sobre o Associativismo Imigrante;
- Realizados 4 *workshops* – “Como elaborar candidaturas de sucesso,” entre junho e setembro, com a participação de 64 Associações e um Seminário – “ Colaborar faz toda a diferença,” em parceria com o Instituto Padre António Vieira, com a participação de 11 Associações;
- Assinado um Protocolo com a Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), de planeamento do conjunto de actividades que terão lugar ao longo do próximo ano e que também serão dirigidas às Associações;
- Realizadas 5 visitas do CD do ACM às Associações e previstas mais 2 visitas no início do ano 2022, sendo intenção realizar em 2022 um maior número de visitas;
- Recebidas visitas, no CNAIM de Lisboa, de vários representantes estrangeiros/ diplomatas acompanhados pelos representantes das comunidades;
- Apresentados contributos para alteração à Lei do Associativismo Imigrante que aguardam a constituição do novo governo;
- O Núcleo de Ligação às Associações (NLA) está a fazer um acompanhamento muito individualizado e bilateral junto das Associações.

No ponto 7, relativo ao PAAI 2022 (Novo Ponto da OT), foram apresentados os resultados da apreciação técnica realizada pelo NLA às candidaturas ao PAAI 2022 pela Coordenadora do Núcleo, Sónia Almada:

- Enquadramento Geral:
 - Aviso n.º 1PAAI2022, de acordo com a Lei nº 115/99, de 3 de agosto e DL nº 75/2000, de 9 de agosto;
 - Apresentação das candidaturas decorreu na plataforma SIGAF entre 27/09/2021 e 29/10/2021;
 - Montante disponível: 250.000 para o total de candidaturas;
 - Valor máximo por candidatura: 10.000€;

- Comparticipação do ACM, I.P.: 95 %;
- A contrapartida da entidade beneficiária (5%) pôde-se traduzir na prestação de trabalho voluntário;
- Entidades Beneficiárias: Associações de Imigrantes reconhecidas pelo ACM;
- Elegibilidade Temporal: 1 ano (de 01/01/2022 a 31/12/2022).
- Foi feita a análise das Condições de Admissibilidade:
 - Cumprimento dos prazos;
 - Apresentação dos documentos obrigatórios;
 - Enquadramento na categoria de entidades beneficiárias;
 - Situação tributária e contributiva regularizada;
 - Corpos sociais regularmente eleitos.
- Candidaturas Apresentadas:
 - 29 candidaturas submetidas;
 - 27 candidaturas admitidas;
 - Montante solicitado: 270.401,89€;
 - Análise Técnica efetuada com o cruzamento de informação entre todos os técnicos.
- Análise Técnica e Financeira:
 - Criada uma Grelha de Análise com os Critérios Gerais do Projecto e Critérios das Atividades. Todas as Associações tiveram acesso à grelha;
 - Projetos propostos a financiamento: pontuação => 50 pontos;
 - Atividades propostas a financiamento => 25 pontos;
 - Elegibilidade das despesas (estrutura de custos);
 - Razoabilidade dos montantes solicitados (tabela de valores máximos);
 - Hierarquização das candidaturas de acordo com a classificação global do projecto.
- Resultado de Análise Técnica e Financeira:
 - De acordo com a seriação das classificações obtidas, são propostas a financiamento 27 candidaturas;
 - A 27ª candidatura poderá ser apoiada parcialmente.
- Apresentada a tabela com as candidaturas propostas a financiamento. Para além destas candidaturas existem:
 - Uma candidatura com dotação financeira parcial;

- Uma candidatura sem dotação financeira;
- Uma candidatura sem classificação suficiente.

Após a apresentação dos resultados do PAAI 2022, e antes de se passar à votação para aprovação da proposta, a Alta-comissária devolveu a palavra ao plenário.

Interveio o representante da Comunidade Santomense, Conselheiro Celso Soares:

- Agradeceu à Alta-comissária pela sua presença no evento da comunidade santomense;
- Relativamente aos Protocolos PSP e GNR referiu o seguinte:
 - Há situações dentro da comunidade santomense, nos bairros (Jamaica, Seixal, Montemor/ Loures) e estabelecimentos prisionais para as quais gostaria de ter apoio na sua resolução;
 - Tiveram alguns casos, pontuais, pelo que, pretendeu saber como poderia articular para serem analisadas estas situações e ver-se a possibilidade de ser efetuada uma visita aos serviços prisionais para um ponto de situação acerca da comunidade santomense;
 - Há pouco tempo estiveram presentes em Portugal o Presidente da República de São Tomé e Príncipe e a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comunidades com quem a comunidade pôde partilhar algumas situações.
- Relativamente à apresentação do PAAI 2022 o Conselheiro referiu o seguinte:
 - Seria de se refletir em conjunto com as Associações a questão dos requisitos de avaliação dos projetos;
 - Nem todas as Associações ficaram satisfeitas com a forma como os projetos foram avaliados, nem com os parâmetros dessa avaliação.

A Alta-comissária referiu que:

- Relativamente à articulação com as Forças Policiais, os Conselheiros representados no CM são os pontos focais privilegiados e através destes representantes vai ser promovida a maior articulação com as comunidades para dar seguimento ao trabalho de forma mais aprofundada;
- Relativamente à área da Justiça, como não existe representante da área da Justiça no CM, o ACM fará uma articulação bilateralmente com essa área e dará resposta ao CM sobre essa solicitação;

- Para clarificação dos critérios de avaliação relativamente ao PAAI, a Alta-comissária passou a palavra à coordenadora do NLA.

A coordenadora do NLA esclareceu o seguinte:

- Para o presente ano, a grelha de avaliação foi melhorada;
- O NLA esteve disponível para discutir o assunto com as Associações na medida em que o objetivo é precisamente melhorar o PAAI para que em cada ano as entidades consigam obter o máximo de pontuação;
- Disponibilizou-se para discussão do próximo PAAI, em 2023, e trabalhar em conjunto com todas as entidades durante o ano 2022 de forma a poder melhorar-se o que não está tão bem;
- A análise de PAAI foi feita por vários técnicos para aplicação justa dos seus critérios.

Interveio o Conselheiro Lívio Morais, afirmando o seguinte:

- No passado, o CM contou na sua composição com representantes das Autarquias, que têm muita importância nas discussões do CM, na análise de questões levantadas na presente reunião fazendo falta ao órgão.

Em resposta à intervenção do Conselheiro Lívio de Morais, a Alta-comissária referiu o seguinte:

- O facto de haver representatividade no CM da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- A alteração recente dos órgãos da ANMP, aguardando-se a indicação de substituto no âmbito do novo mandato;
- O ACM tem articulado de forma ativa com a Conselheira Suplente dos Municípios, que fez a divulgação de informação no âmbito COVID e recolha de informação sobre os apoios disponibilizados pelas Autarquias, entre outras atividades.

Não havendo outras questões relativamente ao PAAI, a Alta-comissaria passou para aprovação da proposta de projetos que serão apoiados no ano 2022, fazendo as seguintes referências:

- Os Protocolos serão assinados no início do ano 2022;

- Será feito um esforço para que os projetos que, embora tenham nota positiva, não conseguem dotação no âmbito de PAAI, possam ter alguma dotação através dos Protocolos pontuais.

Sujeita a aprovação, a edição de 2022 do PAAI foi aprovada.

No ponto 8, relativo a outros assuntos, foi apontada pela Alta-comissária a seguinte informação:

Foi realizada dia 17.12.2022, no Dia Internacional dos Migrantes, a sessão “Comunicar imigração: Desafios e Estratégias” onde foi lançado o Relatório Estatístico Anual – Indicadores de Integração de Imigrantes, do Observatório das Migrações, que funciona junto do ACM. Informou que o programa incluiu o painel “Comunicar a Imigração: exemplos de projetos e estratégias” onde várias entidades, incluindo a Casa do Brasil, apresentaram os seus projetos, tendo também sido lançado o Guia de Acolhimento para Migrantes, no âmbito do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações.

Após esta informação, a Alta-comissária devolveu a palavra ao plenário.

Interveio o Conselheiro Lívio Morais, referindo que o encontro foi muito interessante e convidou os presentes a visitarem a sua exposição na Casa da Cultura Lívio Morais, em Mira-Sintra, até 31 de dezembro, entre as 10h00 e as 20h00. Propôs a Casa da Cultura como espaço possível para uma reunião do CM.

A Alta-comissária agradeceu a sugestão e convite e referiu ser uma excelente oportunidade para se conhecer o seu trabalho.

O Conselheiro Hugo Seabra perguntou, relativamente à questão colocada pelo Conselheiro Celso Soares sobre a Justiça, qual o motivo de o MJ não estar representado no CM, quando há outras estruturas governativas representadas, e dado o acesso à Justiça ser um direito absolutamente central na vida das populações, incluindo as comunidades imigrantes e minorias étnicas, sendo interessante considerar-se um representante do MJ em futuros trabalhos do CM.



A Alta-comissária tomou a palavra referindo concordar com a necessidade de haver um representante do MJ no CM e dessa previsão ter de constar na lei, o que atualmente não se verifica, sendo uma questão a ter em conta para trabalhos futuros.

O representante de DGArtes, Conselheiro Pedro Barbosa, agradeceu em nome de DGArtes e do Ministério da Cultura, a parceria com o ACM, no Programa de Apoio aos projetos relacionados com a interculturalidade e informou que foram apresentadas 138 candidaturas, que se encontram em fase de avaliação.

A Alta-comissária agradeceu à DGArtes pela parceria proposta ao ACM, em lançar o aviso em conjunto.

A este respeito, interveio o Conselheiro Celso Soares, referindo o seguinte:

- Relativamente à parceria com a DGArtes, questionou qual seria o número de edições;
- Convidou os presentes para o evento do dia 16 de dezembro, relativo à celebração do Dia da Descoberta das Ilhas de São Tomé e Príncipe, uma palestra com o orador Armindo Espírito Santo, escritor e economista.

O Conselheiro Pedro Barbosa referiu ainda que, na recente revisão do modelo de apoio às artes, foram incluídos vários objetivos novos de interesse público e cultural sendo um deles a promoção da diversidade étnica e cultural, projetos artísticos e questões de cidadania, tendo ainda informado que serão promovidos mais programas de apoio dentro desta linha.

Interveio o Conselheiro Timóteo Macedo:

Colocou uma questão ao ACM e a todos os Conselheiros, para reflexão, sobre o papel do movimento associativo e que futuro terá e teceu considerações como:

- As Associações têm de primar por uma maior participação da Sociedade Civil;
- As Associações não dispõem dos meios necessários para trabalharem e muitas vezes não têm espaço para se reunir, não têm sede, pelo que é necessário fazer-se uma discussão sobre estes assuntos;
- O Orçamento de Estado não dá apoios suficientes às Associações que são atores de transformação;

- Foi uma boa iniciativa do ACM criar um grupo de participação cívica, mas a participação é ainda reduzida;
- Relativamente aos agendamentos do SEF, estão muitas vezes parados, depois abertos e novamente fechados, o que causa grandes dificuldades. Os agendamentos para o Reagrupamento Familiar estiveram parados cerca de 6 meses. As questões seriam para discussão com o Conselheiro do SEF, ausente na reunião;
- As Associações de imigrantes querem discutir as suas preocupações com as Autarquias, ACM, Governo;
- Acredita que o ACM pode ter uma intervenção ativa na melhoria das condições das Associações e em toda a política migratória, a vários níveis, podendo dar o primeiro passo nesse sentido;
- Terminou desejando um bom trabalho a todos e umas Boas Festas.

Em resposta, a Alta-comissária referiu que:

- O ACM não tem deixado de fazer o trabalho com as Associações de Imigrantes, para melhoria das suas condições. É importante que nos momentos em que é promovida a participação, em reuniões como as do CM, haja partilha construtiva de questões e propostas de resolução sobre as condições e preocupações do movimento associativo, sendo esta uma forma do ACM obter informação para levar a quem toma as decisões políticas;
- A insistência do ACM no âmbito de um novo quadro financeiro plurianual tem a ver com todos os alertas que não se deixou de apontar, sobre as dificuldades e da situação precária em que muitas Associações se encontram, bem como da necessidade de serem criados mecanismos financeiros que possam dar maior robustez e estrutura para que as Associações tenham esse lugar que lhes é devido enquanto parceiros na definição e implementação de políticas públicas;
- Em relação à valorização do Associativismo, o ACM ao longo da sua trajetória e nas suas diferentes fases, não tem deixado de ter essa consideração, tendo demonstrado o maior respeito pelas Associações e pelo movimento associativo, pelo que representam, pela importância que têm na sociedade democrática e para o que se pretende que seja a participação e a contribuição de todos os atores intervenientes na construção de uma sociedade mais justa;

- As Associações devem aproveitar estes momentos e espaços de diálogo para interação, pois é uma das formas que o ACM tem para obter argumentos para fortalecer a mensagem que passará ao poder político e a quem em última instância tem a responsabilidade de tomar estas decisões;
- Este é um canal aberto de trabalho em conjunto.

Interveio o Conselheiro Amadou Diallo,

- Referiu que teve muito gosto em ouvir o Conselheiro Timóteo Macedo e o Conselheiro Lívio Morais;
- Fez referência que, por motivo de ausência do representante do SEF, Conselheiro José Barão, as questões relacionadas com o SEF sobre os estrangeiros recolocados seriam expostas e discutidas numa próxima oportunidade.

A Alta-Comissária referiu que os presentes poderiam enviar as suas preocupações para o ACM, para que estas fossem trabalhadas, lamentando o facto de nem sempre ser possível resolver todas as questões de forma desejável. De seguida, encerrou a reunião, desejando Boas Festas a todos e fazendo referência à possibilidade de a próxima reunião ser realizada presencialmente.

A Ata foi aprovada na Reunião do Conselho para as Migrações de dia 17 de março de 2022.

A Alta-comissária para as Migrações



Sónia Pereira